

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE PRODUÇÃO TRADICIONAL
NA ALDEIA PASSO LISO - MANGUEIRINHA, PARANÁ**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador:
Prof. Wagner Roberto Amaral

CURITIBA

2007

Dedica-se este trabalho à esperança que se fixe uma nova realidade que já é anunciada nas ações daqueles que acreditam que tudo pode ser modificado em função do homem e por ele; será por estas ações escrita outra história sobre a humanidade e sobre a solidariedade plural.

AGRADECIMENTOS

A Deus, formador da vida, da consciência e das emoções humanas.

À Maria Rosa, por ser companheira e a incentivadora em todos os momentos.

Ao Guilherme, meu filho, por ele dedico todos os meus esforços para que o mundo seja melhor.

Ao meu orientador, professor Wagner, que divide a sua experiência de vida e a sua perspicácia no reconhecimento das culturas e dos modos de vida das pessoas; com ele aprendi a construir este trabalho e a elaborar indagações para o futuro.

À terra indígena de Mangueirinha, Paraná, à aldeia Kaingang e à Aldeia Passo Liso, por permitir estudar e conhecer a sua cultura e a sua verdade; agradeço imensamente o conhecimento adquirido.

Aos entrevistados deste trabalho, além do meu agradecimento, o meu carinho e a minha compreensão. Através de suas falas aprendi que todos os homens estão sujeitos às mudanças que o mundo traz; porém, todos devem permanecer fieis à sua cultura e ao seu coração.

À Assesoar, especialmente, pela oportunidade em participar e aprender com este curso.

Aos colegas de estudo, pela motivação e interação que sempre vigeu em todos os nossos encontros na busca do conhecimento.

Aos Movimentos Sociais, que fazem a articulação por uma Educação do Campo; acredito que são oportunidades assim que modificam as tendências da educação para o futuro.

Constantemente se ouve falar em comprar e vender terras. “Quem compra a terra, compra também o frescor da natureza, a vivacidade da água, a campina, o inseto, os pássaros, a seiva que circula nas árvores, como o sangue que circula em nossas veias. Se vendermos a terra, estaremos nos vendendo e tudo o que nela contém”. (Parte do trecho da carta do Chefe Seattle ao Governo dos EUA – 1852. Extraído da reprodução de O MITO, de Joseph Campbell. In: ACETI JUNIOR, 2002, p.61).

RESUMO

A produção tradicional realizada pelos índios Kaingang pertencentes à Aldeia Passo Liso consiste no tema deste trabalho. Tem como objeto da pesquisa a influência que essa agricultura tradicional vem sofrendo da moderna produção agrícola, denominada de agricultura convencional. O estudo buscou responder ao questionamento: como a prática de organização da produção agrícola convencional tem influenciado a utilização das práticas tradicionais desenvolvidas historicamente e culturalmente pelo povo kaingang da Aldeia de Passo Liso – Mangueirinha/PR? A metodologia foi teórica bibliográfica e qualitativa, com realização de entrevistas semi-estruturadas a membros da aldeia kaingang, a Aldeia Passo Liso. Dos resultados, a pesquisa revelou como fatores de influência incentivos externos à aldeia, provimento de equipamentos, infra-estrutura e recursos, implementação de lavouras mecanizadas, tratores, crédito agrícola, assistência técnica e o ingresso de outros costumes no sistema familiar. Identifica e analisa aspectos históricos da aldeia indígena quanto à produção agrícola tradicional, no contexto teórico bibliográfico e na pesquisa de campo. Analisa e socializa a reflexão elaborada por meio de apresentação dos resultados aos colegas do Curso de Especialização em Educação do Campo e aos membros dos Movimentos Sociais. Conclui sobre a modificação de um sistema de produção tradicional de roça de toco que vem se constituindo em um empreendimento produtivo convencional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Ciclo construtivo da agroecologia	25
Figura 2	Horta da família de indígenas da Aldeia Passo Liso	28
Figura 3	Venda de artesanato pelos indígenas da Aldeia Passo Liso	30
Figura 4	Roça de toco com plantação de feijão na Aldeia Passo Liso	33
Figura 5	Futura roça de toco com destaque para o mato nativo, ao fundo, na Aldeia Passo Liso	33
Figura 6	Lavoura à espera da dessecação na Aldeia Passo Liso	34
Figura 7	Vista de trator da patrulha mecanizada e entrega de insumos agrícolas e sementes	35
Figura 8	Lavoura à espera do plantio na Aldeia Passo Liso	36
Quadro 1	Categorias de agricultores familiares	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I	
CARACTERIZAÇÃO DO POVO KAINGANG	11
1.1 ASPECTOS DA DUALIDADE PRESENTE NA NAÇÃO KAINGANG	11
1.2 MANGUEIRINHA – ALDEIA PASSO LISO	15
CAPÍTULO II	
O MERCADO GLOBAL E AS MUDANÇAS NA AGRICULTURA	17
2.1 ABORDAGEM ÀS NOVAS TENDÊNCIAS DO MERCADO	17
2.2 A REVOLUÇÃO VERDE E ASPECTOS DA AGROECOLOGIA	22
2.3 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TRADICIONAL DO POVO KAINGANG	26
CAPÍTULO III	
ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	39
3.1 APRESENTAÇÃO	39
3.2 QUESTÕES DA PESQUISA	40
3.2.1 Influência	43
3.2.2 Fatores	45
3.2.3 Semelhanças	47
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICES	55

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema de pesquisa a agricultura tradicional desenvolvida pelo povo kaingang. O objeto da pesquisa é a influência que essa agricultura tradicional, que se desenvolve histórica e culturalmente, vem sofrendo da moderna produção agrícola, denominada de agricultura convencional.

A justificativa para a realização deste trabalho de pesquisa leva em conta a crença de que a perda de referências familiares e grupais, ao longo do tempo, tem o poder de reduzir experiências benéficas e produtivas, seja pelas transformações que vão se estabelecendo nos membros atuantes, seja pelo desconhecimento sobre a forma de produção e de condução dos resultados.

O aporte ao trabalho de produção tradicional é pertinente porque traduz comportamentos como valorização quanto à preservação da natureza, manutenção de herança genética dos produtos cultivados e sistema de manejo artesanal, trazendo contribuições com relação à qualidade de vida e de sustentabilidade.

Pressupõe-se que muitas práticas tradicionais de produção tradicional tenham se perdido e/ou possam estar se perdendo em virtude da exposição da aldeia indígena a fatores como a urbanização, a aproximação de técnicas convencionais de cultivo e oferta de informações e de infra-estrutura diferenciada de seus costumes.

Sob este pressuposto, entende-se que se fomenta a cada dia uma dependência maior dos recursos externos à aldeia, no sentido de promover um processo produtivo que demande os mesmos valores divulgados pela cultura convencional. Nesta demanda, pode estar ocorrendo o abandono aos costumes de produção tradicional passados de pai para filho e que vêm alimentando e mantendo a população indígena ao longo do tempo. Torna-se, portanto, um motivo de inquietação ao pesquisador, visto que se perdem conceitos, como valores, crenças, hábitos e costumes, que sofrem mudanças pela inserção de novas práticas e possibilidades. Especialmente, perdem-se informações e conhecimento, que poderão deixar os membros da aldeia indígena à mercê dos desígnios de um mercado pouco conhecido, ao mesmo tempo em que é promovida a descaracterização da produção natural.

Tendo por foco a Educação do Campo, é lícita a preocupação de que a fuga ao sistema de produção tradicional para adoção dos métodos convencionais leve os

próprios membros da aldeia indígena à mudança de comportamento cultural e que os dados novos que forem sendo inculcados no cotidiano se tornem regra no meio indígena, interferindo na vida individual e coletiva e comprometendo a segurança das futuras gerações.

O estudo das práticas de produção tradicional permitirá identificar perdas e mudanças, aquisições e aprendizado, no sentido de construir um trabalho sobre a história da produção tradicional na aldeia. Parte-se do princípio de que a manutenção dos hábitos e costumes com relação ao trabalho de produção tradicional seja significativa para a retenção de características essenciais da vivência de todos que residem e atuam no campo.

Neste sentido, apresenta-se a pergunta da pesquisa: como a prática de organização da produção agrícola convencional tem influenciado a utilização das práticas tradicionais desenvolvidas histórica e culturalmente pelo povo kaingang da Aldeia Passo Liso – Mangueirinha, Paraná?

Este questionamento tornou-se, portanto, uma preocupação e, a partir dela, pretendeu-se realizar este estudo, norteado pelos seguintes objetivos: como objetivo geral, buscou-se compreender os fatores de influência das práticas de agricultura convencional às práticas de agricultura tradicional da Aldeia Passo Liso – Mangueirinha, Paraná. Especificamente, objetivou-se identificar e analisar aspectos históricos da aldeia indígena quanto à produção agrícola tradicional, conhecer o processo histórico de inserção das práticas convencionais de produção agrícola na aldeia indígena e analisar e socializar a reflexão elaborada como subsídios a serem conhecidos e aprofundados.

Para a fundamentação do tema foi definida a pesquisa teórica bibliográfica, baseando-se nas considerações de Gil (1999), de que este tipo de pesquisa é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. Sua principal vantagem reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Destaca o autor que este tipo de pesquisa é indispensável, tratando-se de estudos históricos, pois, em muitas situações, é a única forma de conhecer os fatos passados.

Quanto à pesquisa qualitativa, Triviños (1987) baseia suas conclusões nas descrições do real cultural que lhe interessa com o intuito de tirar delas os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade, obrigando os

sujeitos e o investigador a uma pesquisa participante, no ambiente em que compartilham modos naturais, ou seja, o investigador não fica fora da realidade.

Reitera Triviños (1987, p. 121): “A participação do investigador, na pesquisa qualitativa envolve-o na vida própria da comunidade com todas suas coisas essenciais e acidentais”, mas é regido por ações disciplinadas, orientadas por princípios e estratégias gerais.

Na pesquisa qualitativa, para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, gravadas e transcritas, com líderes da aldeia indígena, e com as famílias que praticam a produção agrícola na Aldeia Passo Liso na terra indígena de Mangueirinha, Paraná. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um roteiro de perguntas (Apêndice I). Também foi realizada pesquisa de observação com descrição de reuniões da Aldeia Passo Liso, com registros de diálogos e ações das lideranças, bem como as relações que estas estabelecem com o grupo.

No processo de observação, concorda-se com Lüdke (1986, p. 48), quando afirma que “tais observações e comentários pessoais podem oferecer elementos substanciais á elucidação das principais questões investigadas”.

Os dados coletados são vinculados ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice II), receberam ordenação e são interpretados de acordo com os objetivos propostos.

Para a apresentação deste trabalho segue-se uma estrutura assim delimitada: após esta introdução que apresentou o tema, justificativa, problema, objetivos e metodologia da pesquisa, o Capítulo I descreve o povo kaingang, os aspectos da dualidade existentes em seu meio cultural e apresenta a Aldeia Passo Liso.

No Capítulo II os assuntos abordados compreendem o mercado global e as tendências no mercado, aspectos do histórico da Revolução Verde, descrevendo sobre a agroecologia em sua evolução; por fim, apresenta dados da organização da produção agrícola tradicional da aldeia em enfoque.

No Capítulo III são apresentados os dados coletados na pesquisa qualitativa junto às lideranças e demais pessoas que praticam a agricultura tradicional na Aldeia Passo Liso, observando elementos como a influência, fatores e semelhanças da produção agrícola tradicional e da produção convencional.

Ao final, conclui-se o estudo.

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO DO POVO KAINGANG

1.1 ASPECTOS DA DUALIDADE PRESENTE NA NAÇÃO KAINGANG

De acordo com Mota (2000), a denominação “Kaingang” define a população e o nome da língua por eles falada. A bibliografia arqueológica os reconhece como Tradição Casa de Pedra, Tradição Itararé e Tradição Taquara. Resultados de estudos comparados entre a Arqueologia e a Lingüística apontam o Brasil central como a região de origem dos Jê do Sul (Kaingang e Xokleng), representando como porta de entrada dessas populações para o sul do Brasil os campos e cerrados do interflúvio Paranapanema/Itararé e Ribeira.

Em seus estudos, Mota (2000, p.6) indica a hipótese de que:

Os grupos Jê que se deslocaram do Brasil central para o sul foram ocupando regiões semelhantes as que ocupavam em seus locais de origem, [...] após ocuparem os planaltos de cerrados entre os rios Tietê e Paranapanema eles iniciaram a ocupação dos Campos Gerais no Paraná. Esses campos se estendem desde o sul de São Paulo - região de Itapetininga até Itararé, entre as cabeceiras dos rios Paranapanema e Itararé - até a margem direita do rio Iguaçu no segundo planalto paranaense.

A seguir, ocuparam imensas áreas dos Estados da Região Sul, parte meridional de São Paulo e o leste da Província de *Missiones*. Ainda que sejam desconhecidas datas mais antigas que as dos Guarani, é provável que os Kaingang e os Xokleng tenham chegado primeiro na região, porque se percebem sítios Guarani próximos ou sobre os sítios arqueológicos dos Kaingang e Xokleng em todo o Estado. Parece que, em virtude das conquistas dos vales dos rios realizadas pelo Guarani, os Kaingang se deslocavam para o centro-sul do Paraná e-ou nos territórios interfluviais. Entretanto, desde o final do século XVII, quando as populações Guarani tiveram uma drástica redução, os Kaingang voltaram a se expandir por todo o centro do Paraná.

As primeiras expedições coloniais nos territórios hoje denominados Paraná, em meados do século XVIII, permitiram conhecer parcialmente a toponímia empregada pelos Kaingang para nominar seus territórios: Koran-bang-rê, referente

aos campos de Guarapuava; Kreie-bang-rê, referente aos campos de Palmas; Kampo-rê, consistindo em Campo Erê -sudoeste; Payquerê, que compreende os campos entre os rios Ivaí e Piquiri, atualmente pertencente aos municípios de Campo Mourão, Mamborê Ubiratã e outros adjacentes; Minkriniarê, que inclui os campos de Chagu, oeste de Guarapuava no município de Laranjeiras do Sul; e, por fim, os campos do Inhoó, localizados em São Jerônimo da Serra (MOTA, 2000).

Acerca da instalação dos índios Kaingang em São Jerônimo, Wachowicz (2001, p. 253) registra que, em 1858, eles apareceram na Fazenda São Jerônimo: a população e os próprios encarregados da Fazenda fugiram. No ano de 1959, o Barão de Antonina passou para o governo imperial a Fazenda São Jerônimo, “com o exclusivo fim de servir de refúgio e abrigo aos índios caingangues. Era uma propriedade superior a 33.000 ha”.

Ao tomar posse desta fazenda, o governo imperial determinou à província do Paraná a instalação de um aldeamento indígena, com a denominação de São Jerônimo, assumindo a sua direção o Frei Luís de Cemitile. Em 1878, São Jerônimo registrava 76 famílias, com 284 indivíduos (WACHOWICZ, 2001).

O povo Kaingang é Jê meridional, distribuído em 29 Terras Indígenas dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com população estimada de 25 mil pessoas. Especialmente no Estado do Paraná, o povo Kaingang está distribuído em 11 Terras Indígenas, com cerca de 12 mil pessoas, na região da bacia do rio Iguaçu (TOMMASINO, 2003).

Segundo Silva (2002, p. 189), “Do ponto de vista lingüístico, a sociedade *Kaingang* pertence à Família Jê do Tronco Macro Jê, e, juntamente com os *Xokleng*, compõe o grupo de sociedades indígenas Jê meridionais”.

Confirmado por Crépeau (2002), vasta família lingüística ameríndia Jê inclui os Timbira, os Kayapó, os Suyá, os Xerente, os Xavante, os Xokleng e os *Kaingang*, além dos Bororo, que a ela associa-se culturalmente. Os Kaingang constituem o grupo Jê mais numeroso, a maioria confinada em reservas administradas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) localizadas nos quatro Estados do Sul do Brasil, conforme já citado.

Pouco conhecidos sob o aspecto etnológico, os *Kaingang* foram excluídos do *Harvard Central Brazil Project*, consagrado ao estudo do dualismo das sociedades Jê por se acreditar que seu modo de vida estava extinto. Na verdade, os Kaingang contemporâneos continuam sendo Jê e dualistas; “[...] eles se definem em relação à

sociedade nacional brasileira, da qual são cidadãos, e tentam manter um equilíbrio entre sua identidade ameríndia e uma vontade de participação em um conjunto nacional mais amplo” (CRÉPEAU, 2002, p. 115).

A sociedade Kaingang classifica o mundo em metades Kamé e Kairu. É dentro dessa lógica dual que os Kaingang se movimentam: os homens dividem-se entre as metades Kamé e Kairu e, da mesma forma, todos os elementos da natureza pertencem a uma dessas metades. Só é possível compreender a sociedade Kaingang a partir da lógica de complementaridade e assimetria entre as metades Kamé e Kairu que ordena e dá sentido às práticas, sejam elas rituais ou cotidianas. (TOMMASINO, 2003)

Para Silva (2002), as patrimetades *Kaingang* representam apenas o aspecto sociológico de uma concepção dual do universo, compreendendo que todos os seres, objetos e fenômenos naturais são divididos em duas categorias cosmológicas. Uma delas se encontra ligada ao gêmeo ancestral *Kamé*; a outra está vinculada ao gêmeo ancestral *Kainru*. Estas metades são percebidas pelos *Kaingang* como cosmológicas, ligadas aos gêmeos civilizadores, os quais emprestam seus nomes a elas.

As características de ambos os gêmeos ancestrais dos Kaingang são assim comentadas:

Segundo os mitos, os gêmeos ancestrais estão em relação de oposição e complementaridade um ao outro. *Kainru* “é de caráter feroso, capaz de decisões rápidas, mas é instável; seu corpo é esbelto e leve”. *Kamé* “é [...] pesado, de corpo como de espírito, mas é perseverante. A pintura corporal característica de *Kañerú* são manchas, a de *Kamé* são listras. [...] O Kaingýgn distingue entre objetos delgados e grossos, manchados e listrados, como pertencentes à *Kañerú* ou a *Kamé*, feitos por este ou por aquele, e que podem assim ser usados por este ou por aquele no ritual (NIMUENDAJU, 1987, p. 121-122 *apud* SILVA, 2002, p. 191).

Trata-se do respeito ao conhecimento do ambiente, que depende eminentemente de contatos com o mundo invisível dos espíritos aos cabe desempenhar papéis garantidores da reprodução da sociedade, da cultura e do ambiente. Os povos indígenas, em sua forma de compreender o conhecimento, não dissociam o material do espiritual, antes o atribuem à relação entre os seres humanos e à natureza (GRAY, 1995).

Complementa Crépeau (2002), as metades *Kamé* e *Kairu* mantêm entre elas uma relação complementar e assimétrica: a metade *Kamé* é considerada como

primeira, porque tem mais força que a metade *Kairu*. Ainda, são responsáveis por comportar uma seção: vоторo, que é associada à metade *Kairu*, e a seção veineky, associada à metade *Kamé*. Assim,

O pertencimento patrilinear à metade ou à seção está inscrito no nome atribuído à pessoa quando de seu nascimento. O dualismo *Kaingang* se exprime igualmente em vários outros aspectos da vida ritual e social, principalmente em relação às nomenclaturas animais (onde vários animais são concebidos como pertencentes a uma ou outra metade, conforme Nimuendajú, 1993) e astronômicas que atribuem uma identidade *Kamé* ao sol e *Kairu* à lua (CRÉPEAU, 2002, p. 116)

Neste sentido, são visualizadas simetrias quanto aos mitos de origem como resultando de uma unidade sociológica cujo princípio é constituído pela metade *Kamé*, construídos sobre a divisão social em metades, que são mantidas das quais reafirmam a irreduzível complementaridade. (CRÉPEAU, 2002)

Assim, as pessoas de uma metade deverão encontrar seu cônjuge na metade oposta, de modo que seja contínua a descendência patrilinear por meio de recrutamento das metades exogâmicas *kamé* e *kairu*, da seguinte forma: filhos e filhas de pai *kamé* serão *kamé* e deverão, na idade adulta, casar-se com pessoas da metade *kairu*, de sua mãe. A importância da manutenção dessa descendência foi registrada por Fernandes (2003, p. 87), com a seguinte constatação:

A definição das unidades de troca matrimonial resulta das concepções *kaingang* própria ao domínio do político: o casamento, dizem os *Kaingang*, é um acordo entre as famílias. É com base neste acordo entre famílias, ou melhor, é com base no entrelaçamento do parentesco e da política, que se configuram e se articulam as unidades sociais *kaingang*.

Aliás, a sociedade *kaingang* se caracteriza como uma organização política que ocupa o centro da vida social e se constitui de diversas autoridades políticas: o cacique, o vice-cacique e os membros da liderança que compõem a estrutura de poder político da aldeia. “Recentemente foram incorporados mais autoridades: os presidentes dos conselhos indígenas regionais e das associações de moradores.” (TOMMASINO, 2003, p. 3)

Esta estrutura, porém, tem alcançado outras instâncias: como herança dos costumes introduzidos pela hierarquia militar das autoridades brancas, é reconhecido pelo povo *kaingang* um grande número de agentes políticos dotados de prerrogativas abrangentes, como major, capitão, coronel, sargento, cabo e demais

patentes, e inserindo-se pela participação política no ambiente federal, estadual e municipal, da administração pública e privada. (TOMMASINO, 2003)

1.2 MANGUEIRINHA – ALDEIA PASSO LISO

A terra indígena de Manguairinha, situada na região sudoeste do Paraná, encontra-se nas mediações da rodovia Federal 377. Esta rodovia tem como itinerários municípios importantes como Curitiba, Guarapuava, Paranaguá, entre outros. Neste percurso, pode-se observar a dimensão geográfica da terra indígena referida: ela apresenta uma extensão territorial de 16.375 hectares. (IBGE, 2000, p.153)

Conforme dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2007), a área indígena Kaingang tem uma extensão territorial de 17.308 hectares.

Em relação à população indígena da terra de Manguairinha, tribos Guaranis e Kaingang comportam um total de 1800 habitantes, divididos em 380 famílias, localizados às margens do rio Iguaçu, fazendo parte três municípios: Coronel Vivida, Chopinzinho e Manguairinha, com várias aldeias: Palmeirinha da tribo Guarani, Mato Branco, Posto, Trevo e Passo Liso, esta última, aldeia referência da pesquisa, da tribo Kaingang.

Na Aldeia Passo Liso residem duas populações antigas e tradicionais na região. As duas tribos ascendem de dois troncos: o Tupi-guarani e Jê. Ambas mantêm hábitos culturais bem diferentes e essas mesmas diferenças se materializam nas manifestações artísticas, na produção e valores culturais.

Considera-se uma população de baixa renda, seus sustentos provêm da lavoura de milho, feijão, mandioca e arroz. Aproximadamente 40% dos pais de família, após plantarem suas roças, saem para trabalhar como assalariados, para os granjeiros das redondezas, em trabalho provisório. Considera-se que 90% da população confeccionam artesanato para vender. Suas residências são 30% de madeira coberta de eternit e 70% são casas feitas de taquara, umas cobertas com palha, outras palmeiras e lonas, revelando hábitos peculiares e históricos de um povo.

Com relação à estrutura, a Aldeia Passo Liso possui 3 (três) escolas; 1 (um) Centro Cultural Kaingang; 1 (um) Posto de Saúde; 4 (quatro) patrulhas mecanizadas completas.

Na FUNAI, o setor administrativo compreende 2 (dois) funcionários, sendo um branco e um índio.

De acordo com dados da FUNAI (2007), cerca de 90% do trabalho desenvolvido nas áreas de saúde, educação e agricultura são realizadas pelos Kaingangs. Assim, 25 (vinte e cinco) pessoas atuam na área da saúde, como Agente Indígena de Saúde (AÍ S) e Agente Indígena de Saneamento (AÍ SAN); na área da agricultura atuam 4 (quatro) tratoristas e 1 (um) Técnico Agrícola; na área da educação, entre professores e serviços gerais, atuam 24 (vinte e quatro) profissionais.

Existem organizações por aldeias, sendo que a Aldeia Passo Liso se encontra organizada nos municípios de Coronel Vivida e Mangueirinha, Paiol Queimado, Água Santa, Sede ou Campina em Mangueirinha, Mato Branco e Palmeirinha, em Chopinzinho.

Na agricultura de lavoura mecanizada a divisão dos alqueires comporta a seguinte dimensão: 110 (cento e dez) alqueires no município de Mangueirinha; 25 (vinte e cinco) alqueires no município de Coronel Vivida; e, 130 (cento e trinta) no município de Chopinzinho.

Na Aldeia Passo Liso existem várias igrejas de ordem católica e evangélica. Das igrejas evangélicas destacam-se as da Assembléia de Deus, a Igreja Batista, a Igreja Só o Senhor é Deus e a Igreja Evangélica Cristã.

Os membros da aldeia indígena desenvolvem esportes, principalmente o futebol. No Centro Cultural e nas escolas se desenvolve o ensino da língua Kaingang. Segundo dados fornecidos pelo Cacique Valdir, o ensino da língua Kaingang é a única coisa que se mantém como cultura própria que não sofreu transformações.

CAPÍTULO II

O MERCADO GLOBAL E AS MUDANÇAS NA AGRICULTURA

2.1 ABORDAGEM ÀS NOVAS TENDÊNCIAS DO MERCADO

Ao observar a velocidade e a intensidade com a qual as tecnologias e as formas diferentes de organizações vêm se transformando desde meados do século XX, têm-se atribuído à economia e à temática que a ela são associadas (custos, preços, inovação, crescimento das empresas, competitividade) uma atenção especial na análise de mercado contemporânea. Com relação às empresas, instituições, processos e mercados, verifica-se que há um interesse crescente quanto ao estudo desse tema, em especial a partir dos anos de 1980 e após os anos de 1990, com a abertura comercial e o fim do sistema regulador apoiado no novo modelo de substituição de importações, repercutindo no aumento de concorrência entre as empresas. (HASENCLEVER e KUPFER, 2002)

Definindo alguns termos deste item, a concorrência é vista como “O fenômeno mais característico das economias capitalistas.” Ainda que este conceito englobe grande complexidade, pois desde noções preliminares como as de empresa, da indústria e do mercado, chegando à identificação das variáveis básicas descritivas das estruturas dos mercados e das condutas das empresas, esta noção de concorrência vem se apresentando como um objeto analítico, que se expande para além da compreensão e explicação teórica. (HASENCLEVER e KUPFER, 2002, p.XXIV) Na continuação, “O mercado é pensado como um espaço abstrato no qual se definem preços e quantidades das mercadorias transacionadas por consumidores (demanda) e empresas (oferta).” Para cada mercado vige um padrão de concorrência definido com base na interação entre as características estruturais dominantes agregado às condutas que as empresas atuantes praticam. (HASENCLEVER e KUPFER, 2002, p.XXIV)

Com relação à competitividade, Silva (2001) a indica como um conceito dinâmico, que implica às empresas volver seu olhar para o passado, os pés firmes no presente e um olhar atento para o futuro. Assim, ao invés de definir a competitividade, o autor indica três formas de identificar os fatores que a determinam:

- a) fatores sistêmicos: relacionados ao ambiente macroeconômico, político, social, legal, internacional e à infra-estrutura, sobre os quais a empresa pode apenas exercer influência;
- b) fatores estruturais: dizem respeito ao mercado, na formação e estruturação da oferta e demanda, e às suas formas regulatórias específicas. Consistem de fatores externos à empresa, relacionados ao mercado em que atua, nos quais ela pode apenas interferir.
- c) fatores internos: determinam diretamente a ação da empresa e definem seu potencial para permanecer e concorrer no mercado. Encontram-se no controle da empresa e dizem respeito a sua capacidade de gerenciar o negócio, a inovação, os processos, a informação, as pessoas e o relacionamento com o cliente. (SILVA, 2001, p.2).

Esta nova economia já fora abordada por Drucker (1998), sobre o fato de que a manutenção de uma posição de liderança requer que a empresa atinja e mantenha tais posições de liderança em todos os mercados desenvolvidos do mundo.

Segundo Motta (1998, p.X), uma das grandes atrações do mundo contemporâneo consiste na novidade, incluindo as conquistas tecnológicas e os meios de comunicação que transformam a sociedade e mudam a produção e a vida das pessoas. Assim, da mesma forma que, no passado, não foi imaginado um sistema de produção e de vida social como o vigente, também hoje “são imprevisíveis a organização do trabalho e os estilos de vida para um futuro próximo.”

Contudo, mesmo diante do desenvolvimento tecnológico constante, para grande parte da população a vida tem se alterado muito pouco: dois terços da população do planeta não acessam os serviços telefônicos, bem como mais dessa medida nunca consultaram um médico ou compraram um remédio. (MOTTA, 1998)

De acordo com Forrester (1997, p. 112), “A inocência inicial das empresas e dos mercados deu lugar à utilização bem mais lúcida e planificação das novas tecnologias, seguida de uma administração das mais enérgicas”. Tal decisão visa somente ao aumento do lucro, sem observar que essas tecnologias não vigem sem a responsabilidade direta dos trabalhadores.

Inerente a este processo encontra-se a globalização, que determina a economia do mundo há mais de 35 anos, tida como “[...] um processo histórico que, embora tenha sido muito acelerado nos últimos dez anos, reflete uma transformação incessante.” (HOBBSAWN, 2000, p. 69)

A globalização, no entanto, não é um processo universal e uniforme em todos os campos da atividade humana; resulta da abolição da distância e do tempo, pois o seu processo técnico requer elevado grau de homogeneização e de padronização. Há, latente, a democratização do capitalismo, que avançou consideravelmente mediante desequilíbrio nas economias nacionais e globais, que vem enriquecendo a cada dia os investidores mais ricos. (HOBBSAWN, 2000)

Vige, neste mercado, uma ideologia de que a liberalização do mercado otimiza o seu crescimento e a riqueza no mundo, levando a uma melhor distribuição desse incremento. Na verdade, tudo o que importa para um mercado livre e global é a soma da riqueza produzida e o crescimento econômico, independentemente da forma como esta riqueza referida será distribuída, complementa Hobsbawn (2000).

Trata-se da busca de uma hegemonia que resvala no contexto de identidade e de nacionalismo, porque a hegemonia global jamais será possível com respeito à cultura de cada nação.

Ortiz (2000, p.106) já havia alertado para a questão da identidade, de como sentir-se em casa em meio ao anonimato que origina a globalização e assim indica: “[...] pela primeira vez na história dos homens, a idéia de um mundo-mundo se realiza com a globalização da Terra. A velocidade das técnicas leva a uma unificação do espaço, fazendo com que os lugares se globalizem.”

Ao acompanhar o movimento da mundialização, Ortiz (2000) percebeu uma dualidade neste movimento: uma delas consiste da desterritorialização, constituindo um tipo de espaço abstrato, racional, des-localizado e, por isso, o espaço como categoria social inexistente, necessitando que seja preenchido o vazio de sua existência com a presença de objetos mundializados, de modo a tornar-se reconhecível. Isto se dá na observação de seus sinais exteriores, como por exemplo:

São vários os sinais de desterritorialização da cultura. Um carro esporte Mazda é desenhado na Califórnia, financiado por Tóquio, o protótipo é criado em Worthing (Inglaterra) e a montagem é feita nos Estados Unidos e México, usando componentes eletrônicos inventados em Nova Jérsei, fabricados no Japão. [...] Uma forma de se entender o que está se passando é focalizarmos o movimento de deslocalização da produção. (ORTIZ, 2000, p. 108)

Cumprir assinalar que este movimento de desterritorialização não se atém apenas na realização de produtos compostos, mas está na base da formação de uma cultura internacional-popular, que desemboca no mercado consumidor. Ao

projetar-se para além das fronteiras nacionais, este novo tipo de cultura passa a caracterizar uma sociedade global de consumo, e se tornando o modo dominante da modernidade-mundo. (ORTIZ, 2000)

Também Hobsbawm (2000, p.129) alertou para o que denominou de *homo globalizatus*, registrando que “[...] a ruptura com os valores e modelos tradicionais pode causar infelicidade, e ser muito dolorosa quando não se sabe o que fazer, que direção tomar, quando se perde a própria identidade.”

Demo (2005, p. 453) apresenta uma visão diferente sobre a identidade, afirmando que a história designa os modos de vir a ser, as transformações no tempo, de maneira irreversível e não linear, e que “A identidade que sobrevive é a que muda. A que não muda simplesmente desaparece. O ser humano permanece o mesmo durante sua vida porque muda.”

Indica que a desigualdade, nas sociedades conhecidas até o momento, parece ter sido sempre fenômeno histórico-estrutural; difícil negar que se vive em sociedades desiguais, tendo em vista que somente alguns países eurocêntricos possuem democracia razoável. Difícil também garantir que, na profundidade da sociedade, a questão mais profunda seria a econômica sempre, invariavelmente, em razão de que sua adjetivação só pode ser multicultural e da existência de traços sociais que sobrevivem às mudanças de modo de produção. (DEMO, 2005)

Assim, Estado e mercado são fenômenos histórico-estruturais, presentes em todas as sociedades: “Mercado é, como regra, vilão preferido da política social. No capitalismo é, sem dúvida. Não, porém, por ser mercado, mas por ser mercado capitalista. Esta apreensão nutre-se, como regra, da crítica marxista ao capitalismo.” (DEMO, 2005, p.464)

Para Marx (1991, p. 45), “A riqueza das sociedades em que domina o modo-de-produção capitalista apresenta-se como uma imensa acumulação de mercadorias.”

A mercadoria é vista como um objeto exterior, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie; deste modo, a utilidade de uma coisa transforma essa coisa num valor-de-uso. (MARX, 1991) Demo (2005), ao comentar os registros de Marx, salienta que o sistema capitalista de produção é marcado pelo fenômeno da mais-valia, através da qual quem não produz apropria-se da maior parte do valor produzido por quem trabalha. Em troca, o capitalismo paga um salário rebaixado e que contribui para a

ampliação/manutenção do exército de reserva, cuja finalidade maior é que a demanda por trabalho seja maior do que a oferta.

Mais proximamente, de acordo com o mesmo autor em enfoque, “É possível obter-se produtividade sem precedentes, mesmo diminuindo o dia de trabalho, porque o investimento na produção e uso de conhecimento e tecnologia permite lucratividade competitiva globalizada.” A diferença consiste na substituição da força física pela inteligência do trabalhador, um modo similar de exploração, quando o trabalhador é, “do mesmo modo, expropriado de sua essência.” (DEMO, 2005, p. 465)

É este, por fim, o mercado capitalista, que existe em qualquer sociedade: e é por isso que, em todas as sociedades conhecidas, o mercado sempre comparece como instância instrumental, a partir da qual se organizam as necessidades econômicas de produção e troca, acesso e recursos. O capitalismo impôs uma forma de organizar a economia, embalada também pelo êxito produtivo e preponderância dos países eurocêntricos. (DEMO, 2005)

Também Mézáros (2005) comenta que, meio século após Adam Smith, a busca do lucro e o poder do dinheiro faz o empregador ter uma leitura do empregado como um mero instrumento de ganho. A cura para esta condição se dará a partir do impacto da razão e do esclarecimento, pregado àqueles que justamente não se dissociam desta maneira de olhar as pessoas e o trabalho que elas realizam.

Adam Smith já havia condenado de forma clara o impacto negativo que o sistema capitalista exerce sobre a classe trabalhadora, porque o espírito comercial limita as visões do homem. Salientou que a mente empregada em assuntos diversos se amplia e aumenta, enquanto que um espírito comercial deixa a mente limitada e incapaz de se elevar. Ali a educação é desprezada ou negligenciada e o espírito heróico é quase extinto. (MÉSZÁROS, 2005)

Entretanto, observa-se que lógica do capital tem agido sobre a educação no desenvolvimento do sistema. A educação institucionalizada, mais nos últimos 150 anos, tem o propósito de fornecer o conhecimento e o pessoal necessários à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, assim como de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. Assim, uma das funções da educação formal da sociedade consiste em produzir conformidade ou consenso o quanto for possível, a partir do interior e por meio de seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Não se esperam, no entanto,

milagres que cumpram a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, conclui Mészáros. (2005)

Martins (2004, p.45) alude ao fracasso dos sistemas econômicos marxistas e socialistas à era da globalização e da livre iniciativa que hoje conduz o mercado e assim dispõe: "Pela globalização, o capital foi exaltado e o mercado adquiriu certa personalização, sendo-lhe aplicadas expressões curiosas, como 'nervosismo', 'estresse' [...]".

É evidente, continua o mesmo autor, que a exaltação do capital imprimiu a ideia de que todas as economias dependeriam dele, promovendo um endeusamento do mercado e a subordinação total a seus humores. Há, no entanto, o fracasso das leis no combate ao abuso do poder econômico, ainda que: "Em economia de mercado, a luta contra o abuso do poder econômico é fundamental para tornar a competição ética e privilegiar o consumidor, a quem o esforço econômico é dirigido." (MARTINS, 2004, p. 48)

Percebe-se, no entanto, que o abuso de poder se impõe nas relações entre as nações na medida em que as emergentes ficam sujeitas às técnicas protecionistas ou de livre comércio. A economia de mercado rege-se à luz de três pólos: 1) a não-intervenção do Estado, no sentido da fluidez do mercado, a não ser em casos de correção de distorções; 2) o combate ao abuso do poder econômico, no pólo da produção de bens e de serviços; 3) a proteção do direito do consumidor. (MARTINS, 2004)

2.2 A REVOLUÇÃO VERDE E ASPECTOS DA AGROECOLOGIA

Segundo Silva (1995), na década de 1970 os projetos de desenvolvimento extrativistas, agrícolas ou pecuários implementaram a injeção de uma grande massa de recursos financeiros no ambiente das aldeias indígenas, para viabilizar implementos agrícolas, inseticidas, fertilizantes e sementes. Foi totalmente esquecida, porém, a economia tradicional, a divisão de trabalho característica do grupo, os produtos básicos utilizados na alimentação dos membros dessas aldeias. Houve como objetivo o desenvolvimento de uma produção voltada para o mercado, que resultasse em lucro.

Neste sentido,

Os projetos econômicos eram implantados de modo completamente alheios à cultura indígena; poder-se-ia dizer que o interesse recaía sobre as terras indígenas e não sobre o bem estar dos índios. Outro problema que esses projetos apresentavam é que o grupo era obrigado a participar [...] sem o menor controle sobre o que, quando, onde e como seria produzido, nem sobre o resultado da produção. (SILVA, 1995, p. 354)

Mais proximamente se viu que o caráter desses projetos contemplava a pressão integracionista e que toda a política indigenista foi elaborada para que fosse negada a continuidade do índio enquanto tal, e de promover estratégias que visaram a sua incorporação à sociedade nacional.

Na seqüência desses projetos, o início da década de 1990 trouxe novos desafios a serem enfrentados pelas sociedades indígenas bem como para as sociedades indigenistas: o despertar de uma nova mentalidade ecológica passou a se preocupar com o garimpo em áreas indígenas, com a extração ilegal de madeira e com as atividades extrativistas. (SILVA, 1995)

Quanto a perguntar se a agroecologia se trata de um sistema de produção ou de um movimento social, é preciso investigar, também se há diferenças entre agroecologia e agricultura orgânica e qual a sua importância para a agricultura familiar.

Segundo dados do Infocos (2006, p. 90), assim pode ser conceituada a agroecologia:

A agroecologia aparece sendo utilizada sobre vários aspectos: como base tecnológica de produção; como uma visão científica; como movimento social em questionamento ao modelo de desenvolvimento; como nicho de mercado ou como possibilidade de inserção alternativa ao mercado.

Os sistemas de produção agroecológicos fundam-se em conceitos e princípios ecológicos no desenho e no manejo de agroecossistemas sustentáveis. Na busca de metodologias apropriadas, busca o desenvolvimento de agricultura aliada com o ambiente, altamente produtiva na escala do tempo economicamente viável; sobretudo, valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicabilidade à construção da cultura sustentável. (INFOCOS, 2006)

Definida pela Rede Ecovida, a agroecologia é influenciada pelos movimentos ambientalistas, pelos estudiosos da área de ecologia e de sistemas indígenas e tradicionais, bem como por estudos de desenvolvimento rural dos países pobres. Assim, agroecologia é:

Processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os agricultores e agricultoras desenvolvem suas atividades protegendo o ambiente e sem depender dos 'pacotes tecnológicos' com seus caros e degradantes insumos industriais. A agroecologia visa qualidade de vida e não somente as sobras financeiras. É a base para o desenvolvimento sustentável que inclui os aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos adequados, onde os trabalhadores e trabalhadoras assumem o papel principal e aumentam seu poder de intervenção na sociedade, de forma organizada. (REDE ECOVIDA, 2000 *apud* INFOCOS, 2006, p. 93)

A classificação dos sistemas de produção ou métodos de cultivo pode ser elaborada em razão de seu impacto sobre a fertilidade; assim, considerando a mesma cultura, o preparo convencional do solo é mais desgastante do que o plantio direto. Cabe ressaltar que a fertilidade dos sistemas vai além da fertilidade dos solos e dos agroecossistemas, mas busca a reprodução social, incluindo a preocupação sobre a forma que a sociedade em geral se reproduz econômica, social, ambiental e culturalmente. (INFOCOS, 2006)

Outra característica da produção agroecológica é a incorporação de cuidados especiais relativos ao meio ambiente, aos problemas sociais, com destaque para a produção e para a sustentabilidade ecológica do sistema de produção.

Assim, a agroecologia está sendo influenciada por diferentes áreas do conhecimento, conforme se refere o texto a seguir:

A essência do Enfoque Agroecológico corresponde à aplicação de conceitos e princípios da Ecologia, da Economia Ecológica e de tantas outras áreas do conhecimento, no redesenho e no manejo de agroecossistemas que queremos que sejam mais sustentáveis através do tempo. Trata-se de uma orientação cujas pretensões e contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção agropecuária, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ecológicas, como variáveis culturais, políticas e éticas. (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 13)

Com relação ao conceito de agroecologia, tem a função de sistematizar todos os esforços em produzir uma proposta de agricultura abrangente, que seja socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. O desejado é um modelo que seja a gênese para um relacionamento novo com a natureza, com o propósito de proteger a vida toda e toda a vida. Há, assim, a intenção de assumir a ética ecológica que implica no abandono de uma moral utilitarista e individualista, exigindo a aceitação do princípio do destino universal dos

bens da criação e a promoção da justiça e da solidariedade como valores indispensáveis. (PORTAL AGROECOLÓGICO, 2007)

A agroecologia está ínsita em um círculo construtivo, representado na figura a seguir:

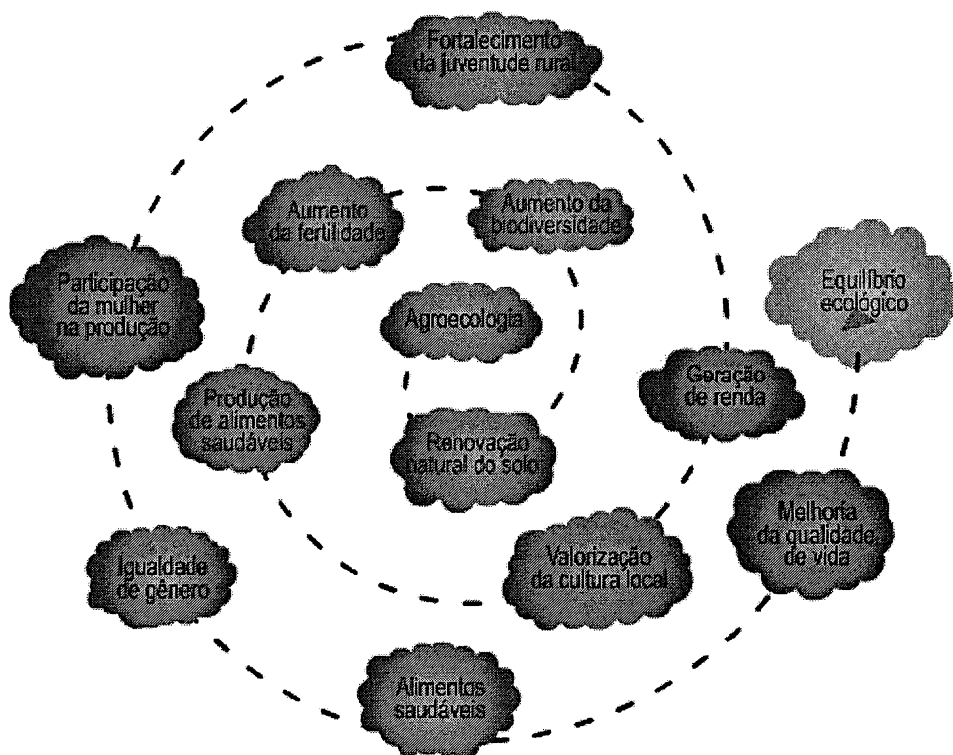


Figura 1 - Ciclo construtivo da agroecologia
Fonte: Portal Agroecologia, 2007

Como vantagens apresentadas pelos sistemas de produção agroecológicos encontram-se a possibilidade de perpetuar a biomassa de um determinado local, determinando uma condição de sustentabilidade, de modo que a agricultura sustentável tem efeitos negativos mínimos sobre a natureza. Em sua produção, preserva e recompõe a fertilidade biológica dos agroecossistemas, usa a água com parcimônia, bem como os recursos disponíveis, valorizando e conservando a diversidade biológica; além disso, dissemina o conhecimento em igualdade, práticas e tecnologias agrícolas adequadas a cada realidade, possibilitando o controle local dos recursos agrícolas (INFOCOS, 2007).

Estudos realizados por Haverroth (1998) sobre as relações de classificação de plantas e organização social entre os índios Kaingang, concluiu que muitos princípios presentes na agroecologia e na agrofloresta são princípios desde sempre adotados pelos indígenas, como a preservação e a renovação do meio ambiente,

diversificação de recursos utilizáveis, manejo da floresta com finalidade de otimizar recursos disponíveis.

Especialmente quanto aos Kaingang, o estudo permitiu constatar que uma grande diversidade de recursos está presente nessa sociedade, bem como formas variadas para a sua utilização. No entanto, a principal fonte escasseou e as terras estão sendo cultivadas pelos brancos, dentro do sistema convencional de agricultura, com degradação do solo, erosão e uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos, elementos aos quais os Kaingang não têm acesso, e que se constituem negativamente quanto à preservação do ambiente, a diversificação das espécies e da disponibilidade de recursos. (HAVERROTH, 1998)

Na produção convencional nos agroecossistemas, dois objetivos básicos são fundamentais: a maximização da produção e do lucro. Métodos de manejo dos agroecossistemas utilizam o cultivo intensivo do solo, a monocultura, a irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas. (INFOCOS, 2006)

O uso de fertilizantes de síntese química consiste da prática dos sistemas de produção convencional com o objetivo do aumento da produção. Na composição de tais fertilizantes encontram-se combustíveis fósseis e extrações de depósitos minerais de fácil e uniforme aplicação. Com relação ao uso desses fertilizantes, são altamente lixiviáveis, especialmente o potássio e o nitrogênio, que acabam por contaminar o lençol freático ou alcançar rios e lagos, promovendo a eutrofização desses ecossistemas. (INFOCOS, 2006)

Portanto, ainda que apregoado como recurso final ao combate e controle de pragas e doenças na produção agrícola em sistemas convencionais, o reverso é significativo: ao mesmo tempo em que eliminam uma determinada população de insetos, também eliminam a população de seus predadores naturais. (INFOCOS, 2006)

2.3 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TRADICIONAL DO POVO KAINGANG

Com relação à organização da produção agrícola tradicional, salienta Tommasino (2003, p.5) acerca das esferas sociais e de como a compreensão de uma dessas esferas conduz à compreensão da realidade social como um todo. Se o

parentesco, a economia, a política e a religião não se separam porque unidas de forma estruturada na condição individual de cada esfera em construção infra-estrutural com as demais, as considerações de ordem econômica, social ritual ou religiosa apresentam o mesmo peso ou importância que o território tem para a sociedade Kaingang: “Sendo a economia kaingang indissociável das outras esferas [...] quando um Kaingang vai caçar ou pescar, ele é um ser social total que, ao produzir, se realiza em todas as esferas de sua vida.”

Assim, o trabalhador Kaingang está integrado ao desempenho de seus papéis e obrigações sociais devido a não ocorrência de alienação na economia indígena. Ao produzir em sua capacidade como ser social, na condição de *mbédn* (marido) e *jóg* (pai), ou ainda como *kakrã* (sogro) ou *iambré* (genro e cunhado), o homem Kaingang está seguindo as regras de sociabilidade, tendo em vista que o trabalho consiste na expressão e o exercício do parentesco e das relações sociais no interior da comunidade à qual pertence. (TOMMASINO, 2003)

Dados sobre a localização da casa doméstica *Kaingang* a coloca segundo um eixo leste-oeste associado ao percurso do sol:

Cada uma das suas extremidades possui uma porta: a situada ao leste é associada às atividades masculinas e às visitas, enquanto a situada no oeste correspondente às atividades femininas. Os espaços masculinos e femininos no interior da casa são então divididos por um eixo norte-sul. Um espaço situado no exterior da casa, do lado da porta oriental, é consagrado à socialização. (CRÉPEAU, 2002, p.117)

Ao redor da casa o espaço é essencialmente agrícola e é designado pelo termo *limpo* (*plur* em *Kaingang*) em oposição ao *mato*, à floresta, somando três termos que constituem a tríade: casa/limpo/mato. (CRÉPEAU, 2002)

Um exemplo dessa composição é vista na Aldeia Passo Liso, área de abrangência deste estudo, na qual podem ser vistas a casa, a horta da família, de fundo de quintal, na qual ocorre a manutenção das plantas domésticas, as verduras e as ervas medicinais; ao fundo, observa-se a manutenção do mato, conforme mostrado na figura 2.



Figura 2 – Horta da família de indígenas da Aldeia Passo Liso
Fonte: Aatoria, 2007

Da floresta tropical, muitas sociedades indígenas são dotadas de destreza técnica nas atividades produtivas e nas curas de doenças com o aporte de suas relações com os mundos dos espíritos. “Estes xamãs freqüentemente utilizam seus conhecimentos destas técnicas, no âmbito de suas comunidades, em troca de bens e serviços”, um conhecimento que permanece no patrimônio herdado e compartilhado por todos os membros da comunidade. (GRAY, 1995, p. 115)

Godelier (1978), ao analisar as condições de aparecimento e o efeito das relações travadas pelo homem na produção material de sua existência, situa o campo da teoria – a antropologia – como domínio de dois fragmentos da história humana: as sociedades sem classes e as sociedades camponesas. Indica a opinião dos antropólogos funcionalistas de que as relações de produção só existem sob uma forma que as diferencie e as separe das demais relações sociais, como as relações no modo de produção capitalista.

Salienta, entretanto, que parte das relações de produção se dissimula no funcionamento das relações de parentesco e das relações político-religiosas, de modo que o estudo da economia se reduz ao estudo da organização do trabalho, na produção dos meios de subsistência e às regras da propriedade, acrescentando-se o estudo da tecnologia. Assim, o parentesco ou a influência político-religiosa

desempenha papel dominante nessa ou naquela sociedade ao integrar as demais relações sociais; domina a organização social, as relações de dependência e aliança entre os grupos e indivíduos, seus direitos respectivos sobre os meios de produção, e os produtos do trabalho, as relações de autoridade e obediência.

Portanto, “as relação políticas no interior dos grupos (ou entre eles) e, eventualmente, serve de código, de linguagem simbólica para exprimir as relações dos homens entre si e com a natureza.” (GODELIER, 1978, p.49)

Uma outra compreensão acerca da história da produção na coletividade também foi abordada por Godelier (1978), no sentido de medir as relações reais existentes em seu interior, entre necessidades sociais e meios de satisfazer a vida material dessa sociedade. Isto porque o conhecimento dos mecanismos que permitem o funcionamento das economias baseadas na caça, coleta, criação extensiva de animais ou agricultura de queimadas ampliou-se desde o momento em que as coações que o meio e as técnicas exercem sobre a vida material da sociedade passaram a ser estudadas sistematicamente e minuciosamente.

Trata-se de um processo crítico que atinge um postulado ideológico de que os homens são condenados, por sua natureza, à insatisfação de suas necessidades, de modo que são obrigados a calcular o uso ótimo de seus meios. Este postulado foi explicado por H. Guiton, que a idéia de raridade atormenta o homem, enquanto que as necessidades aparecem como inumeráveis e limitados os meios de satisfazê-las. No entanto, confirma idéia de que os meios são, além de suficientes, até numerosos demais, incluindo aí uma nova intervenção: a de inadaptção. Assim, o *homo economicus* é uma marionete, “vítima de um destino ontológico que o deixa apenas escolher entre a insatisfação nascida da infinidade de suas necessidades ou a inadaptção nascida de uma superabundância ocasional de seus meios.” (GODELIER, 1978, p.60)

Os Kaingang sofreram as experiências de conquistas, expropriação territorial e devastação de seus recursos naturais. O trabalho assalariado nas fazendas da região próximas a aldeia, o deslocamento para venda de artesanato nas cidades são práticas que vêm se intensificando na medida em que as condições de vida dentro da terra indígena não garantem sua sobrevivência.

A venda de artesanato feita pelos índios Kaingang da Aldeia Passo Liso pode ser confirmada a partir da seqüência de imagens a seguir, representando momentos

de venda dos produtos por índios Kaingang dessa Aldeia, mostrando os produtos confeccionados e levados ao mercado.

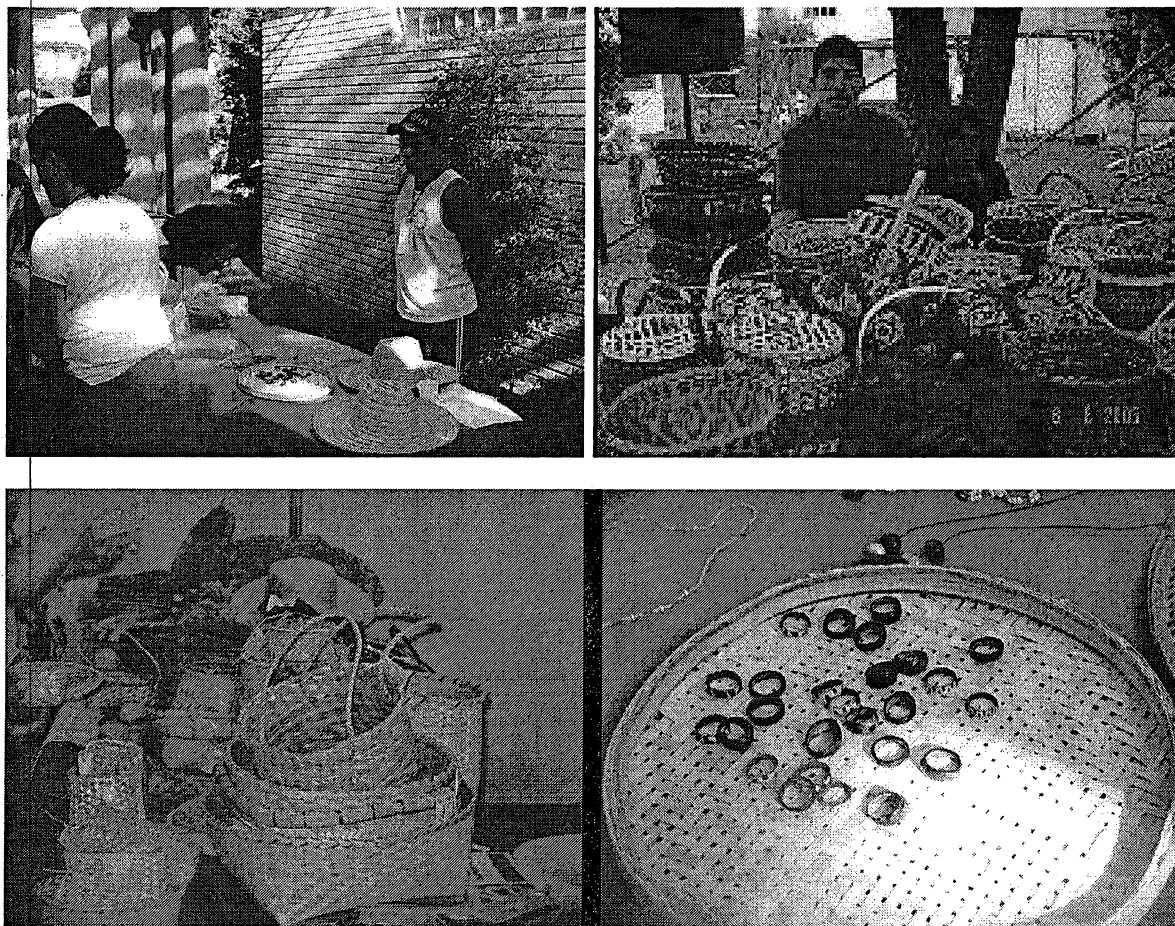


Figura 3 – Venda de artesanato pelos indígenas da Aldeia Passo Liso
Fonte: Aatoria, 2007

Aliado à expropriação sucessiva de suas terras, foram desaparecendo as matas que outrora abrigavam os recursos naturais que garantiam fartura alimentar e alta qualidade de vida. A invasão colonizadora, a experiências de contatos, exigiu que os Kaingang se adaptassem às novas condições históricas, imprimindo alterações múltiplas no seu padrão de vida, e hoje não podem mais sobreviver apenas dos recursos naturais que as florestas lhe proporcionavam.

Outrossim, observa-se que a importância sócio-simbólica destes espaços aumenta na medida em que se tornaram espaços de memória dos saberes e fazeres de seus ancestrais. Esse vínculo de continuidade com o passado tem se constituído num espaço de resistência cultural e de reprodução da identidade étnica enquanto Kaingang.

Assim, uma parte da tribo sofreu a influência do modelo convencional, que passou a agricultura brasileira, a partir dos anos 1950 e com forte impulso na década de 1970, quando a situação dos habitantes do campo passou por inúmeras transformações, fruto da implantação do modelo de modernização da agricultura, que pressupunha a substituição radical da estrutura produtiva “tradicional” por uma “moderna”, dinâmica e perfeitamente integrada ao mercado.

Durante este período, o papel do Estado como indutor e impulsionador da proposta desenvolvimentista foram determinantes, possibilitando a estruturação de vários instrumentos oficiais para facilitar o acesso e a adesão dos agricultores, como o crédito e seguro agrícola, os sistemas de ensino, pesquisa e extensão, a indústria de máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura, dentre outras.

Segundo Duarte (2003, p. 69), inerente à agricultura familiar cumpre a função de produzir matéria prima e mão-de-obra para o desenvolvimento industrial, centralizado no espaço urbano, onde a geração e transferência de riquezas sempre tiveram mão única no sentido campo-cidade.

O campo, quanto á organização do trabalho e ao formato tecnológico, foi incorporado na dinâmica do capital a montante (proposta tecnológica, insumos industriais, crédito) e a jusante (comercialização, armazenamento, agroindustrialização) das atividades produtivas desenvolvidas pela população aí residente, transferindo duplamente para o capital industrial e financeiro parcelas significativas da riqueza gerada. (DUARTE, 2003, p.69)

Neste contexto a extensão rural viveu o seu tempo áureo, equipado para implementar a modernização da agricultura utilizando-se de métodos, técnicas, estruturas e pessoal qualificado para levar e disseminar o conhecimento técnico-científico aos agricultores. Com a utilização da tecnologia da Revolução Verde (sementes híbridas e selecionadas; métodos de correção, fertilização e preparo do solo; mecanização; agrotóxicos para o controle de inços e insetos), a proposta desenvolvimentista apresentou elevação de vários índices agronômicos como produção e produtividade, porém, deixou em segundo plano fatores ambientais, sociais e culturais.

Em relação à grande parcela da população indígena, estes aspectos sócios ambientais e culturais tiveram um impacto muito grande, causando perdas de valores irrecuperáveis a curto prazo, abandono de métodos tradicionais de produção com a utilização de agroquímicos, desmatamento de forma desordenada e com

inserção muito forte das empresas de químicos implementando o mesmo processo da revolução verde.

Gray (1995, p. 114) informa sobre a economia que os povos indígenas possuem, controlada por suas relações sociais e adaptada à sua cultura: “O comércio e a troca tradicionalmente tinham lugar dentro deste contexto e a decisão sobre a produção estava em mãos da comunidade”. Ainda que seja importante para os povos indígenas, o comércio não deve ser a sua prioridade; é preciso, primeiro, reconhecer e respeitar os direitos dos indígenas quanto ao controle e determinação de suas próprias vidas e de viver em seus próprios territórios sem interferências externas e prescindíveis.

De outro lado, vemos nas áreas relativamente livres ao sistema, onde ainda se busca preservar a cultura, a diversidade do meio ambiente, a agricultura orgânica, agroecológica, utilizando mão-de-obra familiar, envolvendo equipamentos manuais ou de tração animal no cultivo. O sistema de coivara é bastante utilizado, as espécies mais presentes nesta agricultura, são de subsistência, como: milho, feijão, arroz, abóbora, batata doce, mandioca, amendoim e algumas outras em pequenas proporções. Comercialmente, as plantas com maior importância são o feijão e o milho. Trabalham também o artesanato e a coleta de frutas e plantas naturais. (GRAY, 1995)

Na Aldeia Passo Liso o sistema de produção tradicional é ainda mantido pela maioria das famílias, em paralelo à produção convencional, que se instalou desde a década de 1980.

Espaços dos dois sistemas de produção vividos atualmente pelos índios Kaingang são mostrados nas figuras a seguir:



Figura 4 – Roça de toco com plantação de feijão na Aldeia Passo Liso
Fonte: Aatoria, 2007

Nesta figura percebe-se a área plantada de feijão com sistema de coivara; à esquerda, há uma área à espera dos processos de queimada e da coivara, que precedem à plantação. Ao fundo, observa-se a manutenção do mato nativo.

Na figura seguinte, observa-se uma área de terra em que será uma futura roça de toco. Também aqui se observa a manutenção do mato nativo.



Figura 5 – Futura roça de toco com destaque para o mato nativo, ao fundo, na Aldeia Passo Liso
Fonte: Aatoria, 2007



Figura 6 – Lavoura à espera da dessecação na Aldeia Passo Liso
Fonte: Aatoria, 2007

Na figura 6 é possível verificar que a terra está inçada, à espera dos produtos que realizem a dessecação das ervas daninhas para o posterior plantio. É a lavoura mecanizada da Aldeia Passo Liso, e se encontra ao lado da roça de toco, que ainda permanece na aldeia, conforme mostrado na figura 4.

Por certo não são reais os entendimentos de que a economia indígena se orienta apenas pela alcunha de “economia de subsistência”, até mesmo porque a economia de subsistência é definida como “aquela que gera recursos apenas para a satisfação imediata das necessidades, sem produzir excedentes.” (SILVA, 1995, p. 341) Está implícito neste conceito que a subsistência consiste em uma economia de escassez e do trabalho constante na busca de alimentos.

No entanto, trata-se de um juízo de valor que esconde duas idéias: uma delas é a de que o índio é preguiçoso por natureza; a outra, é de que é incapaz de produzir excedentes, resultando que, pela preguiça inibe a produção de tecnologia eficiente e, como consequência, não consegue obter a abundância.

A literatura, no entanto, confirma que os índios, quando em condições ideais, trabalham poucas horas por dia e, como as crianças participam de todas as atividades dos adultos, aprendem a trabalhar desde cedo, conduzidos por

brincadeiras e miniaturas de instrumentos de trabalho, que funcionam como imitação e meios de aprendizagem para o futuro. (SILVA, 1995)

Da mesma forma, por serem isentos de padrões, sendo a terra um bem comum e que todos têm capacidade de produzir os instrumentos de trabalho, os índios não são reconhecidos como pobres ou ricos. Tendo direitos iguais quanto ao acesso à terra e aos conhecimentos necessários à exploração dos recursos naturais, os membros da aldeia indígena produzem para suas próprias necessidades e para saldar as necessidades sociais de retribuição. O excedente é utilizado em festas e rituais, de modo que, em linguagem antropológica: “[...] o excedente é socializado, dividido entre todos, e não destinado a criar desigualdade entre os homens, para explorar o semelhante.” (SILVA, 1995, p. 348)

Contudo, com a inserção das práticas de produção convencional veio também a obrigatoriedade na quantidade de grãos a serem produzidos, pela necessidade de atendimento ao Plano de Aplicação do ICMS Ecológico, que determina os valores dos investimentos para cada projeto e os retornos esperados de tais investimentos.

Nas figuras que seguem são observados dois momentos na Aldeia Passo Liso: na figura 7 é mostrado um trator que faz parte da patrulha mecanizada da aldeia, e a entrega de insumos agrícolas e sementes pelo Secretário da Agricultura do Município de Chopinzinho aos índios Kaingang dessa aldeia.



Figura 7 – Vista de trator da patrulha mecanizada e entrega de insumos agrícolas e sementes
Fonte: Aatoria, 2007

Na figura 8, é mostrada a lavoura à espera dos insumos agrícolas e sementes para os procedimentos de plantio. Ao fundo, podem ser visualizadas as araucárias e uma parte de mato.



Figura 8 – Lavoura à espera do plantio na Aldeia Passo Liso
Fonte: Aatoria, 2007

Atualmente as produções familiares recebem categorização, indo desde a agricultura indígena a até a agricultura de agronegócio, destacadas em suas diferenças.

No quadro a seguir são apresentadas as diversas formas de Agricultura Familiar existentes, considerando seus aspectos produtivos, organizativos e socioculturais que compõem o universo de agricultores e agricultoras familiares.

Categorias	Agricultura Indígena	Agricultura Cabocla/Faxinal	Agricultor Ecológico Familiar	Agricultor Familiar de Subsistência	Agricultor Familiar do Agronegócio	Empresário Familiar
Uso da Terra	Coletiva A terra é fonte geradora de vida.	Individual e coletiva. A terra é espaço de vida e de reprodução familiar.	Individual. Valoriza o bem estar e a preservação do ambiente.	Individual. Pequenas áreas; Noção da terra como uma propriedade familiar.	Individual. Áreas pequenas a médias; Noção da terra como uma propriedade familiar.	Individual. Áreas Médias; Noção da terra como uma propriedade familiar.
Sistemas Produção	de Prioritariamente extrativista e voltado para o auto consumo. Cultivo em pequenas áreas; Rotação de terras; Criação de pequenos animais para auto consumo; Produção de artesanato.	Pequenos cultivos diversificados. Animais coletivos; Diversificados; Valoriza a produção de subsistência; Animais adaptados e sem raça definida.	Diversificação. Busca integrar as diversas produções, animal e vegetal.	Diversificação. Milho, feijão, leite, auto consumo.	Pouco diversificado. Integrado a agroindústrias de suínos, aves...; Monocultor grão; Monocultor frutas.	Monocultura. Monocultor de grãos, animais ou frutas; Integrado as agroindústrias.
Tecnologias externas/Insumos	Pouca ou nenhuma. Somente tecnologias próprias; Sementes e animais adaptados; Uso do fogo como forma de preparo do solo.	Pouca. Utiliza insumos próprios e se baseia na reprodução da fertilidade natural; Pequenas criações para auto consumo.	Pouca. Uso de tecnologias diferenciadas e de seu domínio, os maximizando os elementos do ambiente; Na maioria das vezes produzidas na propriedade.	Pouca a média. Partes das sementes são próprias, partes são compradas; Animais adaptados; Utiliza tecnologias alternativas de fertilização.	Média a alta. Utiliza insumos como sementes, fertilizantes, herbicidas, inseticidas, fungicidas e alguns casos transgenia.	Alta. Utiliza grandes quantidades de insumos.
Relação Mercado	com Baixa. Na maioria dos casos inexistentes; Aquisição de roupas e alguns mantimentos e venda de artesanatos e alguma produções.	Pouca e esporádica. Aquisição de roupas e alguns mantimentos; Comercializa apenas excedente.	Média. Procura estabelecer relação direta com o consumidor para valorizar mais seu produto.	Média. Relação de compra de insumos, bens de consumo e venda de excedentes da produção.	Alta. Tanto para compra de insumos, venda da produção, compra de bens duráveis e de consumo familiar.	Alta e Intensa. Tanto para a compra de insumos, bens duráveis e de consumo, quanto para venda da produção.
Estrutura Produtiva	Pequena. Equipamentos de tração manual; instalações simples.	Pequena. Máquinas e equipamentos simples construídos e adaptados para força de trabalho braçal ou	Pequena. Máquinas de pequeno porte adaptadas à realidade; Uso de animais e trabalho	Pequena. Equipamentos de pequeno porte tração animal; Compra de serviços	Razoável. Instalações para suínos, aves; Galpões para máquinas e equipamentos;	Grande. Máquinas, equipamentos, estrutura de silos para armazenagem,

	animal; Instalações pequenas e simples.	braçal.	máquinas; Pequenas máquinas para apoio à propriedade.	Galpão para fumo.	galpões agroindústrias.
Formas de Organização	Aldeia. Comunidade. Valorização de relações e de vizinhança e compadrio.	Associações, redes e cooperativas.	Comunidade.	Individualizado e pouco participativo. Não valoriza a organização; Sofre pressão das empresas.	Individualização e pouco participativo. Não valoriza a organização; Sofre pressão das empresas.
Acesso ao Crédito	Baixo.	Média. Necessidades de investimentos mais estruturais.	Média. Tanto de custo como de investimento.	Alta. Dependência de crédito de custo.	Alta. Dependência de crédito de custo.
Mão de Obra	Familiar e de aldeia. Familiar e mutirões.	Familiar.	Familiar.	Familiar. Esporadicamente há contratação de mão de obra externa.	Familiar Assalariada. Constantemente assalariado.
Tomada de decisão	Necessidades básicas familiares, principalmente alimentação. Necessidades básicas familiares, principalmente alimentação.	Relação com a natureza, qualidade de vida, da família, auto consumo familiar e mercados.	Auto consumo familiar e geração de excedente para venda.	Expectativas familiares. Forte influência das empresas integradoras; Direcionado pelo mercado.	Direcionado exclusivamente pelo mercado.

Quadro 1 – Categorias de agricultores familiares

Fonte: Infococ, 2007, p. 68-70

CAPÍTULO III

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

3.1 APRESENTAÇÃO

Durante os meses de julho a outubro de 2007, a Aldeia Passo Liso foi visitada para agendamento e realização das três entrevistas com pessoas responsáveis por seus setores, utilizando o roteiro de perguntas para a pesquisa de campo. A recepção ao pesquisador por parte dos entrevistados foi cordial, possibilitando a obtenção de dados significativos, relatados pelos membros da aldeia indígena entrevistados.

Os dados obtidos foram transcritos na íntegra pelo pesquisador, com o objetivo de favorecer a interpretação, a partir do contato direto havido anteriormente, observando os gestos, a entonação de voz, lembrados com significação. São ordenados e apresentados neste capítulo como resposta ao questionamento da pesquisa.

Quanto ao conteúdo das falas e das questões do roteiro utilizado para a entrevista, foi transcrito na íntegra, respeitada a forma verbal original, com ou sem os vícios de linguagem, construções tidas como erradas no português padrão, e algumas ausências nas respostas fornecidas pelos entrevistados.

Para a análise das entrevistas, são apresentadas/utilizadas algumas falas dos entrevistados, destacadas dos resultados da pesquisa de campo, como parâmetro para a interpretação dos resultados da pesquisa.

Os resultados obtidos sofrem divisão que corresponde aos três enfoques propostos pela entrevista: influência, fatores e semelhanças com relação à produção tradicional e à produção convencional.

Como se tratou de uma pesquisa qualitativa com entrevista semi-estruturada, as questões propostas no roteiro consistiram da diretriz para a realização da pesquisa; na condução da entrevista, novos questionamentos foram surgindo e sendo formulados aos entrevistados, sendo colhidas informações novas acerca do tema em estudo.

Para a apresentação das falas dos três entrevistados, eles foram nominados por E1, E2 e E3.

3.2 QUESTÕES DA PESQUISA

A primeira questão do roteiro buscou saber o que os Kaingang entendem por produção tradicional.

As três respostas obtidas revelam coincidência quanto ao entendimento dos entrevistados sobre o que seja a produção tradicional, ressaltando um ponto especialmente em comum: a própria produção familiar e as roças de toco.

Na seqüência, apresentam-se as respostas a esta questão da pesquisa:

“O nosso jeito tradicional que eu vejo, nosso pessoal fala, antigamente era que a gente mesmo produzia nossa semente à gente prantava mandioca, batata, prantava milho, arroz, feijão i não depindia muito, né, do mercado.” (E1)

“As roça tradicional que nós fazemo, nós roçamo e plantamo, as roça de toco, que nós sempre semo acostumado a prantá. A gente roça, acera bem e queima, pra não tê perigo de passa fogo no Matão. Queima e plantamo na queimada, planta com máquina manual, nós ainda usamo um poco, mais antigamente a gente, meus pai plantavam com chacho, feita de pedaço de foice com cabo, usada como cavadeira e um tiracol cum semente atado na cintura, desde piquena, que eu me lembro, sempre prantamo assim.” (E2)

“A agricultura tradicional que a gente chama é aquele sistema de pousío, lavoura de toco ou coivara. Existem alguns termos que definem ela; aqui é mais definida como lavoura de toco, é um sistema onde as famílias indígenas, até a década de 80, trabalhava 90% com esse sistema.” (E3)

Observa-se que as respostas obtidas confirmam o conhecimento dos entrevistados da Aldeia Passo Liso quanto à produção tradicional. Observa-se que algumas destas roças de toco ainda subsistem na aldeia.

Assim, o que caracteriza uma produção tradicional para a população indígena, é a plantação artesanal, feita pelos membros da família, em regiões onde são procedidas queimas anteriores ao plantio.

A partir destas respostas, o pesquisador perguntou ao E3 como funciona a produção tradicional, obtendo-se o seguinte depoimento:

“A família tem um sítio, geralmente cada família tem uma limitação do seu sítio, alguns variam de 5, 10 a 15 hectares, que é o capuerão que a gente chama, fazemos uma roçada, deixam secá a capuera, depois de um tempo queima, faz a catação das vara, que se chama coivará a lavoura, e depois plantam com a máquina pica-pau, ou o chacho, esse é o sistema tradicional Kaingang, até décadas passada funcionava só nesse sistema, até a década de 80.” (E3)

Na seqüência foi perguntado, seguindo-se o roteiro, como se organiza atualmente a produção agrícola na aldeia Kaingang. As respostas obtidas evidenciam o seguinte:

“[...] nesse momento que a gente vive cerca de 60% a 70% o pessoal usa a lavoura, mas já distocada, usando as normas dessas grandes empresas que vendem esses negócios de insumos agrícolas pra gente.” (E1)

Observa-se nesta resposta o acesso à agricultura convencional, fazendo parte do processo de produção agrícola na aldeia Kaingang.

Para o entrevistado seguinte, porém, este acesso já está comprometido com outras questões, como a falta de infra-estrutura, conforme se pôde verificar:

“[...] essas lavoura, essas granja que nós temo, que foi lavrado aí pra nós. Só que este ano não vai se plantado, porque não tem semente, não tem adubo pra ponhá na lavora e sem adubo não dá nada.” (E2)

A dedução possível, a partir desta resposta, é que o sistema convencional de plantio implementado na aldeia já deixa a desejar, pelo fato de depender de suprimentos e insumos externos aos recursos de que os indígenas dispõem neste momento.

Outra questão levantada pelo pesquisador a partir das informações fornecidas pelos entrevistados diz respeito à saturação da produção tradicional, pelo ingresso de outras formas de produção. Assim, ao perguntar sobre a continuidade da

produção tradicional, especialmente na roça de toco, foram obtidas as seguintes respostas:

“Tem diminuído porque daí o pessoal começou, a partir do momento que começaram né, a fazê lavora mecanizada, começaram usá vários implementos agrícolas, o povo indígena se sintiu que ia sê favorecido, uso de trator. Porque o trabalho braçal, ele é mais cansativo a gente sofre mais e, no momento que o pessoal vê, começo envolve a tecnologia dentro da reserva, eles se confiaram naquele trabalho, foram deixando a roça de toco de lado. Hoje em dia é poucos que mexem com roça de toco, mais é lavora, é aí que a gente acaba perdendo.” (E1)

Perguntado se, na aldeia, hoje, estão plantando mais a roça de toco, ou mais lavoura, o E2 assim confirmou:

“Mais lavora agora, pro município de Chupim que foi trancado o asfalto, porque o prefeito não tava ajudando cum nada, e agora mandô as máquina. As lavorama tá vermeiando a terra, diz que vão prantá agora em outubro, se ponharem adubo dá, mais só lavrado e prantado não dá nada.” (E2)

Ainda convém registrar a opinião fornecida pelo E3:

“Hoje dá prá se dizer, no ano atual, que 15% trabalha no sistema tradicional e o restante já tá trabalhando no... algumas no sistema convencional, que é feito a aração; a gradagem e o plantio, mas já tá começando predominá o plantio direto.” (E3)

Assim, mesmo adaptando-se a um novo modelo de produção agrícola, não foram esquecidas as regras ou a tradição de produção para subsistência, confirmado pelo E3, em sua entrevista:

“É, os índios se adaptaram a esse novo sistema de cultura de plantio, porque hoje nós não plantamo apenas pra subsistência, mas sim pra comercializá; você planta, tira pro consumo, o excedente você comercializa. Os principais produtos são o soja, milho feijão e o arroz. Mas cultivamos as lavourinha, podemos dizer, de fundo

de quintal, onde planta mandioca, batata doce, algum tipo de verdura pro consumo do dia-a-dia.” (E3)

Dos dados obtidos nesta questão, observa-se que, paralelo ao processo produtivo convencional e a agricultura para comercialização, permanece ainda o cultivo pelo método tradicional, visando à subsistência de uma forma mais individual.

Na seqüência, a pergunta final prevista no roteiro investigou quais práticas de produção agrícola foram trazidas de fora da aldeia. A apresentação das respostas sugere a divisão em três variáveis que contribuem para a explicitação dos resultados, conforme segue.

3.2.1 Influência

Assim, pode-se identificar que algumas práticas não eram desenvolvidas na aldeia e foram incorporadas pela aldeia e, deste modo, indagar: quem as influenciou? Em que momento da história da aldeia?

Nas respostas obtidas sobre as práticas que se originaram de fora da aldeia, o E1 assim admite:

“[...] tem esses granjero forte aí em roda da reserva, que eles tão prejudicando, eles usam o agrotóxico, usam o produto químico, na lavoura dele e incentiva o indígena a usá na lavoura do índio também.” (E1)

Na seqüência, a pesquisa de campo indagou: isso dá para caracterizar como prática que já vem sendo trazida de fora? Ao que os entrevistados responderam:

“Vem vindo de fora porque, a nossa cultura de antigamente a gente não rebuscava o modo de mantê nossa agricultura lá fora, a gente tirava dali de dentro mesmo, tanto na agricultura quanto na pesca na caça, a gente sobrevivia daqui da reserva. I hoje em dia, além da gente tá trazendo a cultura do pessoal de fora pra dentro da reserva, a gente depende de mercado, a gente gasta cum mercado.” (E1)

“[...] essas práticas da agricultura moderna foram trazida de fora, totalmente de fora. Eram práticas que nós não conhecia, até 1990 nós não conhecia esse sistema, tanto que eu fui conhece esse sistema. A partir do momento que eu cursei técnico agrícola, me formei em 1990 i lá que eu fui conhecê o plantio direto que antes, pra mim, era uma coisa que eu não conhecia.” (E3)

Perguntado como essa prática foi trazida para a aldeia, um dos entrevistados respondeu que:

“[...] o povo branco, no meu modo de intendê, eles truxeram muita ilusão pro povo indígena, eles truxeram a tecnologia prá dentro da reserva.” (E1)

Outro entrevistado asseverou e indicou o Estado como promotor das mudanças:

“[...] foi trazido de fora, foi pela prefeitura que truxeram as máquina pra nós, que nós não tinha lavora, agora faiz quantos ano que nós prantomo as lavora, esse ano que não sei se vai sê plantado, não tem semente, adubo, as coisa que precisa.” (E2)

Em outra explanação,

“[...] algumas políticas públicas trabalhada pelo governo federal, governos estaduais começaram fornecê estrutura pra aldeia. [...] através da FUNAI órgão de assistência, começaram trazê tratores, implementos, ainda no sistema convencional que se trabalhava muito com arado e grade; intão, de 80 pra cá, em algumas aldeias começaram se adotar outras práticas, a gente observava como que o lavoureiro aí de fora fazia e a gente tentou introduzi essas prática.” (E3)

A constatação a estas informações dão conta de que as práticas trazidas de fora incluem a intervenção do Estado na modificação da cultura de produção agrícola indígena, reservando-se a Aldeia Passo Liso, em estudo, quando são confirmados o recebimento de recursos e de infra-estrutura que visavam à implantação de lavouras nas terras da terra indígena de Mangueirinha.

Ficou claro que tais técnicas não faziam parte do processo de produção agrícola dos índios da aldeia deste estudo, mas que foram adotadas e absorvidos os novos métodos para este tipo de produção, a partir da década de 1980, fortemente afirmado pelo E3.

Das respostas é possível estimar que os reflexos diretos já estejam sendo sentidos pelos membros dessa aldeia indígena, visto que a contaminação do solo pelo uso de agrotóxicos já foi citado, revelando a percepção do entrevistado, conforme resposta do E1.

Estas informações indicam que algumas práticas de produção agrícola não eram desenvolvidas na aldeia e foram incorporadas pela aldeia mediante influência do Estado e da implementação de técnicas de produção para comercialização, patrocinando a aquisição de equipamentos agrícolas para o novo processo produtivo.

Esta mudança se estabeleceu a partir da década de 1980, confirmando um período de produção convencional de mais de 35 anos. Além dessa inserção pelo Estado, a aprendizagem para este novo modelo também passou a fazer parte da cultura indígena, tanto que foi registrada pelo E3, na seguinte fala: *“Como alguns índios saíram da aldeia pra busca um curso técnico pra se aprimora melhor, intão essa lavoura tradicional começou a diminuir”*, confirmando o desgaste da tradição Kaingang na produção tradicional agrícola.

3.2.2 Fatores

Na intenção de identificar quais motivos justificam esta incorporação, mediante investigação dos fatores de influência, a pesquisa perguntou acerca do sistema de produção que hoje é utilizado na aldeia.

Das respostas obtidas, destaca-se o E1 em sua fala e nas dificuldades que relata:

“O povo branco [...] começaram incentivá o pessoal indígena: vocês têm que fazer a roça assim, invés de nós continuar a nossa forma de trabalho, a gente foi caindo na deles porque o que eles querem é vendê; ó nós fazemo a lavora de vocês, vocês vai vê como melhora; tá certo, melhora, mas vamo tê que investi e o

povo indígena não tem daonde tira pra investi, porque, pra você vê, nois moramo num cantinho e dali não tiramo uma renda mensal.” (E1)

Percebe-se nesta informação que um dos fatores de influência consistiu na motivação para a comercialização futura do produto produzido pelos indígenas, a partir da construção da lavoura pelo povo branco.

Outro fator de influência para a adoção das mudanças nas práticas de produção tradicional para as práticas de produção convencional inclui a diversificação para a busca da renda, conforme depoimento de E2, ao ser perguntado sobre o que mais que é desenvolvido na aldeia:

“Bastante coisa. Nóis fumo fase curso lá na cidade fiquemo contente, aprindimo coisa que nóis não sabia como fazê. Foi importante. Também levemo nossos artesanato na feira de artesanato pra vendê, fiquemo o dia intero vendendo artesanato, conversemo co prefeito, nós queria aparecê porque tuda vida nóis escundido, parece que nóis não existimo; eu disse pra ele: nóis queremos aparecê, nois queremos mostra que nóis existimo.” (E2)

Nesta fala fica patente como fator de influência a produção e a comercialização de artesanato, ao mesmo tempo em que se configura um novo elemento relevante para esta pesquisa: o fator da manifestação da necessidade de reconhecimento e quase que um pedido de ajuda por parte dos indígenas selecionados para este trabalho, diante da satisfação em aprender coisas novas através de cursos e da oportunidade de fazer valer a voz aos representantes do Estado.

Na continuação, baseando-se na pesquisa teórico bibliográfica acerca da manutenção dos costumes e das tradições Kaingang, buscou-se investigar a questão do casamento entre os índios, quais são os procedimentos tomados com relação a casamentos com pessoas externas à aldeia. Foi possível identificar o seguinte quanto à realização do ato:

“Os casamento é dentro da comunidade, nóis temo o escritório lá embaixo, tem o chefe do posto, daí as pessoa se caso e vão lá embaixo no escritório.” (E2)

Com relação aos tipos de casamento, se só entre os índios da tribo Kaingang ou fora da aldeia, a resposta confirma a saída do índio da aldeia:

“São só entre os índios, tem uns fora mais é difícil, não existe mais. As índia casa com branco assim, né, tem que saí fora da área mora, uma vez podia casá e morá na aldeia, até um tio meu casado cá minha tia, morô quarenta ano; meu tiu morreu aqui dentro da reserva; agora, não pode mais.” (E2)

Verifica-se que a realização de casamentos com pessoas de fora da aldeia também se constitui em fator de influência, tendo em vista a alteração cultural promovida com a saída da mulher da aldeia.

3.2.3 Semelhanças

Apesar da aceitação pacífica das constantes mudanças no contexto da produção tradicional na Aldeia Indígena Passo Liso, os dados da pesquisa permitiram identificar algumas semelhanças que admitem categorizar diversas características dessa produção tradicional e os efeitos da produção convencional. Isto se dá mediante o comportamento e percepção dos entrevistados com relação aos seus costumes, modo de vida e perspectivas que foram lançadas pelo homem branco e pelo Estado no seu meio.

Dentre estas semelhanças, conclusões e formação de opiniões a respeito da lavoura, de seus métodos e de seus resultados, são apresentados a seguir:

a) Uso de produto químico na produção

“Eu sou francamente falá, eu sou totalmente contra o produto químico, eu uso porque não tem outra forma da gente matá a praga do meio da lavora, mas hoje em dia, na roça de toco a gente não usa agrotóxico.” (E1)

“Essas lavora mecanizada, esses ano que prantemo não deu nada. Esses último ano prantemo milho não deu nada, deu só rastoio, a terra não é tratada, não é ponhado adubo, não é uma terra boa na lavora mecanizada, precisa trata pra podê dá.” (E2)

“Hoje a gente mexe muito com produtos químicos, cum adubo, cum semente já, né, selecionada, cum veneno, essas coisa que pelo meu modo de intendê tá já prejudicando a nossa cultura.” (E1)

“Temo a nossa área coletiva, a lavoura comunitária de aproximadamente 32 alqueires, já plantamo há mais de 5 ano, desde 2000 que é no sistema plantio direto, sistema normal do grande lavoureiro, do grande latifundiário. Você planta, faz a cobertura, primeiro faz, há uma correção rígida do solo com calcário, fosfato, cálcio, através disso nós começamo elevá nossa produção pra esses níveis mais alto.” (E3)

“[...] talvez ainda o plantio direto pra aldeia ainda não seja o mais correto podemos dizer assim, nos dias de hoje se vive muito a preocupação ecológica, mas nós temo a preocupação com o meio ambiente, tanto que as nossa lavoura são nas áreas já degradadas.” (E3)

b) Resultados percebidos

“Eu tenho 2 alquere de lavora mecanizado eu prantei minha lavora não tirei 30 saco de mio. Tem um tio meu, que a mesma semente que eu prantei nessa lavora eu arrumei pra ele, ele prantô na roça de toco, coieiu 380 saco num alquere, i eu cum 2 alquere cú 30 saco, pra vê, né, a quantia que mudifica as coisa da roça de toco pra lavora.” (E1)

“Na lavoura coletiva produzimos com tecnologia de ponta. Pra você tê uma idéia, o ano passado teve alguns pedaços que nós passamo de 150 sacos de soja por alquere, nós procuramo produzi com alta qualidade. Esse ano, o milho safra 2007 a 2008 vamo produzi o milho de 300 a 350 sacos por alquere, porque se não produzi isso você não consegue tirá o custo e se torna inviável.” (E3)

“Aí foram trazendo a tecnologia pra dentro da reserva, a gente foi caindo, hoje em dia tamo no que tá, tem índio que deve 3, 4 mil reais por culpa deles, não por culpa nossa.” (E1)

“Na roça de toco não precisa adubo nenhum ela dá, desde piquena que prantamo na roça de toco, cuía bem, dava cada espigona de mio, eu me lembro que carregava mão i meia de mio nas costa, não precisava nem limpá, a terra é boa.”
(E2)

“Há déiz, doze anos atrais o pessoal não viviam da lavora, eles não faziam lavora mecanizada pra produção, era só roça no toco e eu vejo que hoje im dia o pessoal, se eu fizer um alquere de lavora e um alquere na roça no toco, da roça do toco eu vô tira trezentos sacco de mio. Da lavora, pra te falá a verdade, eu fiz tipo duma pesquisa, truxemo uma semente lá da cidade, i eu distribuí pro pessoal e daí fiz uma pesquisa: eu peguei 40 kilo de feijão preto, fiz uma roça de toco e prantei na roça de toco não usei nada, só prantei i dexei. E, teve um parente meu que pegô 60 kilo de feijão e prantô na lavora; o que que aconteceu: na coieta eu cuí 47 sacco de feijão dos 40 kilo que eu tinha prantado i ele tiro 5 volume dos 60 kilo que ele tinha prantado na lavora. Intão aí que dá pra vê, né, a quantia de produtividade que a gente tira da roça de toco, i a gente acaba perdendo tempo da gente na lavora.” (E1)

“Eu já acesso pelo segundo ano, intão hoje temos 10 famílias pra acessar o Pronaf, aonde vai tê um suporte pra plantá a lavoura com qualidade i, conseqüentemente, a produção vai ser melhor.” (E3)

“Aqui o povo indígena se iludíro muito nessa lavora mecanizada i é onde nós tamo perdendo, porque se nós tivesse curtivando a nossa tradição, fazendo roça de toco, vivendo do modo antigo de caça e pesca, curtivando a nossa tradição, fazendo roça de toco, vivendo do modo antigo de caça e pesca. Hoje tem índio que deve três, quatro mil reais nas casa da lavora [...]” (E1)

c) Perspectivas

“[...] eu mesmo vô fazê minha roça de toco, vô produzi a minha semente.”
(E1)

“Talvez mesmo o plantio direto ainda não seja o mais correto pra nós, o que que seria o correto, seria nós associa uma agricultura forte mais com o orgânico mais a demora porque o sistema é bem mais longo e exige muita mão-de-obra.” (E3)

“Uma coisa que está sendo incluída aos poucos [...] é a inclusão do índio nas políticas públicas de governo, porque o que que acontece, houve um paternalismo ao longo dos anos muito grande pela FUNAI e hoje tá difícil porque tem aquelas família que se não recebe do governo as vez ela sofre bastante.” (E3)

“O índio, na minha visão, pode fazer as duas coisas: semente crioula pro consumo, mas pra comercializar, se não produzi com quantidade e qualidade não sobrevive.” (E3)

“Se você pranta na roça de toco ela é quase orgânica, não é orgânica porque ela não tem um selo, mais ela é orgânica e minha intenção é volta esse tempo.” (E1)

“Mais tarde podemo até sofre as conseqüências porque se trabalha muito com produto químico, adubação de base é química, adubação de cobertura é química, os tratamentos são todos produtos químicos, mas é a única forma que nós conseguimos um resultado mais imediato, i hoje a gente vive em função de resultado imediato por causa da necessidade que é grande.” (E3)

Dos dados obtidos, apresentados e analisados, a interpretação possível é de que a aceitação de mudanças na produção tradicional dos Kaingang vem trazendo alterações nos modos de produção, na cultura e nos hábitos de consumo. As influências se caracterizam pelo ingresso de viabilização de lavouras pelo homem branco e pelo Estado, numa formação similar a um consórcio, no qual os produtos excedentes devem ser comercializados pelos índios produtores.

CONCLUSÃO

O conhecimento sobre a produção tradicional realizada pelos índios Kaingang pertencentes à Aldeia Passo Liso compreende os comportamentos como valorização quanto à preservação da natureza, manutenção de herança genética dos produtos cultivados e o sistema de manejo artesanal, trazendo contribuições com relação à qualidade de vida e de sustentabilidade. Deste aporte à produção tradicional, o tema deste trabalho foi a agricultura tradicional desenvolvida pelo povo Kaingang e seu objeto da pesquisa se definiu pela influência que essa agricultura tradicional vem sofrendo da moderna produção agrícola, denominada de agricultura convencional.

Assim, ao buscar compreender os fatores de influência das práticas de agricultura convencional às práticas de agricultura tradicional da Aldeia Passo Liso – Mangueirinha, Paraná, a pesquisa revelou como principais fatores o ingresso de incentivos externos à aldeia, originados pelo homem branco e pelo próprio Estado, intervindo com o provimento de equipamentos, infra-estrutura e recursos, como, por exemplo, desde a implementação de lavouras mecanizadas até a doação de tratores, crédito agrícola e assistência técnica.

Outro fator identificado pela pesquisa com os membros da Aldeia Passo Liso foi o ingresso de outros costumes no sistema familiar, com a ocorrência de saída de membros da aldeia por ocasião de casamentos com pessoas externas a ela.

Fernandes (2003) já havia se referido à manutenção dos costumes e da tradição Kaingang quanto à formação dos pares. Neste sentido, as pessoas de uma metade deverão encontrar seu cônjuge na metade oposta, de modo a permitir a continuidade da descendência patrilinear por meio de recrutamento das metades exogâmicas *kamé* e *kairu*.

Reportando-se aos objetivos específicos propostos, a pesquisa identificou e analisou aspectos históricos da aldeia indígena quanto à produção agrícola tradicional, no contexto teórico bibliográfico e na pesquisa de campo; considera-se, portanto, atendido este objetivo.

Quanto a conhecer o processo histórico de inserção das práticas convencionais de produção agrícola na aldeia indígena, os dados da pesquisa de campo confirmam que até a década de 1980 o processo de produção tradicional se mantinha na aldeia e que após este período foram sendo aceitas as inserções das práticas de produção convencional.

Para a análise e a socialização da reflexão elaborada como subsídios a serem conhecidos e aprofundados, a pesquisa foi apresentada aos colegas do Curso de Especialização em Educação do Campo e aos membros dos Movimentos Sociais.

Por fim, como resultado de todos esses levantamentos realizados foi possível responder à pergunta da pesquisa: como a prática de organização da produção agrícola convencional tem influenciado a utilização das práticas tradicionais desenvolvidas histórica e culturalmente pelo povo Kaingang da Aldeia de Passo Liso – Mangueirinha, Paraná?

Confirmando-se, a organização da produção agrícola convencional tem influenciado a produção tradicional do povo Kaingang da Aldeia Passo Liso por meio da utilização de diferentes fatores: oferta de lavoura mecanizada; implementação das técnicas de produção convencionais em toda a extensão da terra produtiva Kaingang; viabilização de maquinário para o cultivo; apoio estatal; disponibilização de crédito; inserção de mudanças culturais; acesso aos costumes vigentes externos à aldeia; endividamento dos índios; incentivo à comercialização do excedente.

Assim, verifica-se que a modificação de um sistema de produção tradicional de roça de toco vem se constituindo em um empreendimento produtivo convencional que traz consigo os resultados benéficos da produção bem-sucedida e os resultados maléficos de degradação do solo e de todas as suas conseqüências possíveis.

Não se pretende, no entanto, esgotar este assunto como se fosse esta pesquisa o diagnóstico definitivo de uma situação que o povo da Aldeia Passo Liso esteja vivendo, mas sim, de incentivar a perseguição científica de novos dados no sentido de promover, além da realização da própria pesquisa, o registro de uma história que aos poucos vai se modificando e modificando o meio em que ela se desenrola.

REFERÊNCIAS

- ACETI JUNIOR, L. C. **Direito ambiental e direito empresarial**. Textos jurídicos e jurisprudência selecionada. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002.
- CALDART, R. S (orgs.) **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília-DF. N. 4, 2002.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.3, n.2, p.13-16, abr./mai. 2002.
- CRÉPEAU, R. R. A prática do xamanismo entre os kaingang do Brasil Meridional: uma breve comparação com o xamanismo bororo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 113-129, dez. 2002.
- DEMO, P. Santo estado, maldito mercado: de certas esquerdas que são direitas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 451-476, maio/ago. 2005.
- DRUCKER, P. F. **Administrando para o futuro**: os anos 90 e a virada do século. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
- DUARTE, V. P. **Escolas públicas do campo**: problemática e perspectivas: Francisco Beltrão, PR: Gráfica Editora, 2003.
- FERNANDES, R. C. **Política e parentesco entre os Kaingang**: uma análise etnológica. Tese (Doutorado em Ciência Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade estadual Paulista, 1997.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODELIER, M. Economias e sociedades: abordagens funcionalista, estruturalista e marxista. In: CARVALHO, E. A. **Antropologia econômica**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1978.
- GRAY, A. O Impacto da Conservação da Biodiversidade sobre os Povos Indígenas. In: LOPES & GRUPIONI (Orgs.). **A Temática Indígena na Escola**. Brasília/São Paulo: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- HASENCLEVER, L.; KUPFER, D. Introdução. In: KUPFER, D. **Economia industrial**: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- HAVERROTH, M. Kaingang: relação entre classificação das plantas e organização social. **Revista de Divulgação Cultural**, n. 64, p. 32-47, jan.abr. 1998.
- HOBSBAWN, E. **O novo século**: entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ICONOGRAFIAS DA ART INDIGENA GUARANI E KAINGANG DO SUDOESTE DO PARANÁ**. Disponível em: <[http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cdSimpósio/artigos/mesa debates/ art 22. pdf](http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cdSimpósio/artigos/mesa%20debates/art%2022.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2007.

INFOCOS. Agroecologia. In: **Agricultura familiar e desenvolvimento**. Livro 03. Francisco Beltrão, PR: Gráfica e Editora Grafite, 2006.

INFOCOS. Gestão e organização da produção: compreendendo a agricultura familiar. In: **Gestão em desenvolvimento com ênfase em cooperativismo: reflexões e experiências da agricultura familiar**. Livros Infococ IV – Série Gestão com ênfase em cooperativismo. Francisco Beltrão, PR: s.e., 2007.

LÜDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, I. G. **A queda dos mitos econômicos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos**. 6. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores : 12).

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOTTA, P. R. **Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

MOTA, L. T. Relações interculturais na bacia dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX. In: MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. **Uri Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Editora UEL, 2000.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. Paulo: Brasiliense, 2000.

PORTAL AGROECOLOGIA. **Conceitos de agroecologia**. Disponível em: <<http://www.agroecologia.inf.br/secoes.php?vidcanal=7>>. Acesso em: 13 set 2007.

SILVA, J. A. F. Economia de subsistência e projetos de desenvolvimento econômico em áreas indígenas. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, C. L. Competitividade: mais que um objetivo, uma necessidade. **Revista FAE Business**, n.1, p.1-3, nov. 2001.

SILVA, S. B. Dualismo e cosmologia Kaingang: o xamã e o domínio da floresta. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 189-209, dez. 2002.

TOMMASINO, K. **Aspectos fundamentais da cultura kaingang**. Londrina: s.e., 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE I FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

A. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome:-

Sexo:-

Idade:-

Associação:-

Endereço:-

Função:-

Formação:-

B. ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O que os Kaingang entendem por produção tradicional?
2. Como se organiza atualmente a produção agrícola na aldeia Kaingang?
3. Quais práticas foram trazidas de fora da aldeia Kaingang?

APÊNDICE II TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome da pesquisa:

Pesquisador:

Endereço: (pessoal e institucional)

Este estudo tem o objetivo de:

- a) Levantar dados históricos da aldeia indígena quanto á produção orgânica.
- b) Conhecer o processo de produção agrícola na aldeia indígena Kaingang.
- c) Analisar e socializar a reflexão elaborada como subsidio a serem conhecidos e aprofundados.

O problema da pesquisa é:

A organização do trabalho de produção tradicional na aldeia indígena de Passo Liso-Mangueirinha-PR.

Para tanto será utilizado os seguintes procedimentos:

- a) Realização de entrevistas.
- b) Análise de documentos, livros, que tenham relação com á aldeia.
- c) Observação e descrição de reuniões e encontros da associação indígena da Aldeia Passo Liso.
- d)

Benefícios:

Conhecer a história e a forma como se organiza a produção agrícola na aldeia.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa e ter meus direitos de:

- a) Receber respostas e esclarecimentos sobre os procedimentos, finalidade, benefícios e outras informações relacionadas à pesquisa;
- b) Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
- c) Procurar esclarecimento junto ao pesquisador ou instituição na qual este realiza o estudo (Universidade Federal do Paraná).
- d)

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa autorizando o coordenador do estudo a publicar o que por mim foi relatado.

Data; ____/____/____ Nome do sujeito da pesquisa:

Assinatura _____

Eu, **Valdir castanha** declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo ao participante.

Obrigado por sua contribuição com a pesquisa!

Valdir Castanha-Pesquisador